



**REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
**(CNPJ: 34.829.992/0001-86)**

**Demonstrações financeiras findo em**  
**30 de junho de 2024**



Junho 2024

# Relatório da Administração

REAG DTVM

Comentários de Desempenho	03
Panorama Econômico	04 - 05
Sumário Executivo	06

# Comentários de Desempenho

**Srs. Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

## Inflação

Após um período de recuo nas medidas interanuais, a inflação do IPCA voltou a registrar elevação nos últimos meses, alcançando 4,2% em junho. Após um longo período de pressões excepcionalmente baixas, associadas à normalização das cadeias produtivas globais, a inflação de bens industriais dá sinais de elevação, passando de 0,37% em abril para 1,07% em junho. Com isso, a média dos núcleos de inflação acompanhados pelo Banco Central registraram pouca evolução nos últimos meses, registrando pequeno recuo de 3,6% em março (média móvel de três meses, dessazonalizada e anualizada) para 3,4% em junho.

Para os próximos meses, a inflação deverá apresentar um quadro de estabilidade, encerrando o ano de 2024 em 4,0%.

## Atividade Econômica

A atividade econômica iniciou o ano de 2024 em forte ritmo, com crescimento de 0,8% do PIB no primeiro trimestre. O desempenho setorial voltou a apresentar forte expansão do PIB agropecuário (alta de 11,3%) e do setor de serviços, que acelerou de 0,5% para 1,4%. Na contramão, o PIB industrial recuou 0,1%.

Pela ótica da demanda, o destaque positivo coube à formação bruta de capital fixo, que após três trimestres consecutivos de queda, registrou forte alta de 4,1% na comparação trimestral. Já o consumo das famílias manteve o ritmo de crescimento robusto dos últimos trimestres, com alta de 1,5%, beneficiado pelas transferências governamentais e o mercado de trabalho aquecido.

Os dados parciais referentes ao segundo trimestre de 2024, nos meses de abril e maio, IBC-Br (índice de atividade do Banco Central do Brasil) registrou alta de 0,36% em relação ao primeiro trimestre do ano, mostrando uma tendência de arrefecimento gradual no ritmo de atividade ao final do primeiro semestre.

## Mercado de trabalho

Refletindo o bom desempenho da economia brasileira no primeiro semestre, o mercado de trabalho continuou aquecido. De acordo com os dados da PNAD Contínua, a taxa de desemprego recuou para 6,9% em maio em termos dessazonalizados, menor patamar desde meados de 2014.

## Panorama Econômico

Contribui para esse bom resultado o crescimento da ocupação, com alta de 3,0% na comparação interanual, e a expansão de 6% no rendimento real. Como resultado, a massa real de rendimentos apresentou alta de 8,9% no período.

### Política Monetária

O crescimento econômico mais robusto do que o antecipado, o mercado de trabalho aquecido e as incertezas sobre a condução da política fiscal tem promovido elevação das expectativas de inflação. Segundo a Pesquisa Focus do Banco Central, as expectativas para a variação do IPCA para o ano de 2025 passaram de 3,5% ao final de março para 3,9% em junho, distanciando-se ainda mais da meta de inflação de 3,0%. Dessa forma, o Banco Central interrompeu o ciclo de cortes da taxa Selic em 10,50%. Diante da interrupção no processo de desinflação, antecipamos a manutenção dos juros estáveis durante o restante de 2024.

As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios. A estrutura organizacional e operacional implementada é compatível com aquela estabelecida no plano de negócios e adequada à natureza e à complexidade dos produtos, serviços e atividades da Reag DTVM.



Caixa e Equivalentes e Disponibilidades <b>R\$125 milhões</b> Δ +1128% 2024 vs. 2023	Total de Ativos <b>R\$145 milhões</b> Δ +25% 2024 vs. 2023	Patrimônio Líquido <b>R\$ 9 milhões</b> Δ +89% 2024 vs. 2023	Receita de Prestação de Serviço <b>R\$40 milhões</b> Δ +114% 2024 vs. 2023	Lucro Líquido <b>R\$2 milhões</b> Δ +158% 2024 vs. 2023
--	--	--	--	---

## Destaques do Resultado das Demonstrações Financeiras

A Companhia encerrou no primeiro semestre de 2024, com um lucro líquido de R\$ 1.873 mil, uma variação positiva comparada ao período do ano anterior que totalizou R\$ 3.233 mil de prejuízo.

A receita de prestação de serviços foi de R\$ 39.962 mil, um aumento de 114% superior ao mesmo período do ano anterior que totalizou R\$ 18.641 mil. Vale ressaltar que o aumento das receitas se deve pelas autorizações recebidas e captação de novos clientes, o que originou um aumento expressivo da receita.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 23.248 mil, aumento de 49% comparado com o mesmo período do ano anterior que totalizou R\$ 15.552 mil. O aumento deve-se aos investimentos realizados nas áreas de infraestrutura e tecnologia para otimização dos processos e melhor atendimento ao cliente.

As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição, sendo que os resultados apurados estão de acordo com as projeções de negócios. A estrutura organizacional e operacional implementada é compatível com aquela estabelecida no plano de negócios e adequada à natureza e à complexidade dos produtos, serviços e atividades da Companhia.

Destacamos que a Companhia encerrou na data base de 30 junho de 2024 com 649 fundos administrados com um total de R\$ 226 bilhões de Patrimônio Líquido.



    /REAGInvestimentos



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
REAG Distribuidora de Títulos  
e Valores Mobiliários S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



REAG Distribuidora de Títulos  
e Valores Mobiliários S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



REAG Distribuidora de Títulos  
e Valores Mobiliários S.A.

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de setembro de 2024

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers', written over a light blue horizontal line.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva  
Contador CRC 1SP171089/O-3

**REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023**

(Em milhares de reais)



	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Reapresentado)		<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Reapresentado)
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Ativo circulante</b>			<b>Passivo circulante</b>		
Disponibilidades (NE 5)	125.798	10.243	Depósitos (NE 12)	123.211	100.933
Aplicações interfinanceiras de liquidez (NE 6)	3.642	92.138	Obrigações tributárias (NE 2.3 (b), (c), (d), e 13)	2.337	2.007
Títulos e valores mobiliários (NE 7)	3.815	1.245	Obrigações trabalhistas ((NE 2.3 (b), (c), (d), e 14)	5.091	3.839
Rendas a receber (NE 2.3 (a) e 8)	7.345	4.490	Credores diversos (NE 15)	5.361	4.226
Imposto de renda e contribuição social (NE 9)	2.297	1.435			
Outros créditos (NE 10)	973	5.362			
			<b>Total do passivo circulante</b>	<b>136.000</b>	<b>111.006</b>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>143.871</b>	<b>114.913</b>			
			<b>Passivo não circulante</b>		
<b>Ativo não circulante</b>			Provisão para contingências (NE 16)	47	47
Imobilizado (NE 11)	1.517	1.091			
			<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>47</b>	<b>47</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.517</b>	<b>1.091</b>			
			<b>Patrimônio líquido (NE 2.3 e 17)</b>		
			Capital social	4.015	1.500
			Reserva legal	396	302
			Reserva de lucros	4.929	3.148
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>9.340</b>	<b>4.950</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>145.387</b>	<b>116.004</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>145.387</b>	<b>116.004</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	NE	30/06/2024	30/06/2023
<b>Receitas da intermediação financeira</b>			
Rendas com títulos e valores mobiliários	18	5.094	2.879
<b>Resultado da intermediação financeira</b>		<b>5.094</b>	<b>2.879</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>			
Receitas de prestação de serviços	19	39.962	18.641
Despesas de pessoal	19	(19.393)	(6.023)
Despesas administrativas	19	(23.248)	(15.552)
Outras despesas operacionais	19	(3.059)	(2.713)
Outras receitas operacionais	19	3.792	-
<b>Resultado operacional</b>		<b>3.148</b>	<b>(2.768)</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>3.148</b>	<b>(2.768)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(521)	(465)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(754)	-
<b>Lucro líquido (prejuízo) do semestre</b>		<b>1.873</b>	<b>(3.233)</b>
Quantidade de ações		1.619.672	800.000
Lucro líquido (prejuízo) por ação		1,15670	(4,04125)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**(CNPJ: 34.829.992/0001-86)**

**Demonstrações do resultado abrangente para os semestres findos  
em 30 de junho de 2024 e 2023**

(Em milhares de reais)



	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do semestre</b>	<b>1.873</b>	<b>(3.233)</b>
Outros componentes do resultado abrangente do semestre, líquidos dos efeitos tributários	-	-
<b>Total do resultado abrangente do semestre</b>	<b><u>1.873</u></b>	<b><u>(3.233)</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**(CNPJ: 34.829.992/0001-86)**

**Demonstrações das mutações do patrimônio para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023**

(Em milhares de reais)



	Reserva de lucros para investimentos			Lucros (prejuízos) acumulados (Reapresentado)	Total (Reapresentado)
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2023</b>	<b>1.300</b>	<b>302</b>	<b>4.100</b>	<b>-</b>	<b>5.702</b>
Resultado abrangente do semestre					
Prejuízo do semestre	-	-	-	(3.233)	(3.233)
Transferência para reserva de lucros	-	-	(3.233)	3.233	-
Juros sobre capital próprio	-	-	201	-	201
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>	<b>1.300</b>	<b>302</b>	<b>1.068</b>	<b>-</b>	<b>2.670</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>1.500</b>	<b>302</b>	<b>1.285</b>	<b>-</b>	<b>3.085</b>
Ajustes de exercícios anteriores – correção de erros (NE 2.3)	-	-	-	1.865	1.865
<b>Saldo de abertura ajustado</b>	<b>1.500</b>	<b>302</b>	<b>1.285</b>	<b>1.865</b>	<b>4.952</b>
Resultado abrangente do semestre					
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.873	1.873
Destinação do lucro do semestre					
Aumento de capital	2.515	-	-	-	2.515
Constituição de reserva	-	94	3.644	(3.738)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>	<b>4.015</b>	<b>396</b>	<b>4.929</b>	<b>-</b>	<b>9.340</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do fluxo de caixa para os semestres findos  
em 30 de junho de 2024 e 2023**  
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	1.873	(3.233)
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação	199	99
Constituição de créditos diferidos de imposto de renda e contribuição social - diferidos	754	-
<b>Varição nas contas de ativos e passivos</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(35.447)	(24.016)
Títulos e valores mobiliários	(2.571)	4.341
Rendas a receber	(2.855)	2.487
Outros créditos	4.389	(24)
Depósitos	22.278	198.377
Obrigações tributárias	(107)	(270)
Obrigações trabalhistas	1.251	718
Credores diversos	1.134	60
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<u><b>(9.102)</b></u>	<u><b>178.539</b></u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social - correntes	521	465
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.696)	(1.315)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u><b>(10.277)</b></u>	<u><b>177.689</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(625)	(271)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u><b>(625)</b></u>	<u><b>(271)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	2.515	-
Dividendos distribuídos	-	(261)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<u><b>2.515</b></u>	<u><b>(261)</b></u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(8.387)</b></u>	<u><b>177.157</b></u>
<b>Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do período	10.243	85
No final do período	<u>1.856</u>	<u>177.241</u>
<b>Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(8.387)</b></u>	<u><b>177.157</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. Contexto operacional**

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."). A Companhia foi constituída em 05 de junho de 2019 e seu registro perante a JUCESP ocorreu em 11 de setembro de 2019.

A Companhia tem sua sede na cidade e Estado de São Paulo, e tem por objeto social:

- (i) Subscriver isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- (ii) Intermediar a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- (iii) Comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;
- (iv) Encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários;
- (v) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e de pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- (vi) Exercer funções de agentes fiduciário;
- (vii) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos;
- (viii) Constituir sociedade de investimento – capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- (ix) Realizar operação no mercado de câmbio, conforme legislação em vigor;
- (x) Realizar operações de conta margem, conforme regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xi) Realizar operações compromissadas;
- (xii) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- (xiii) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixa pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas áreas de competências;
- (xiv) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e
- (xv) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **1.1 Principais autorizações:**

Em 9 de janeiro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia. recebeu autorização junto ao Banco Central do Brasil para operação como instituição financeira.

Em 19 de março de 2020, conforme Ofício CVM nº 243/2020, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro como representante de investidores não residentes, na forma prevista na Resolução CMN nº 4.373, de 29/9/2014.

Em 13 de abril de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro para exercer a atividade de Escriturador de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 17.808.

Em 2 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previsto na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, conforme Ato Declaratório nº 18.073.

Em 17 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviço de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 452, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 18.093.

Em 12 de abril de 2021, conforme ofício nº 103/2021/CVM/SMI/GME, a Distribuidora recebeu autorização a prestar os serviços de custódia física de valores mobiliários não escriturais nos termos da Instrução CVM nº 542/2013.

Em 18 de outubro de 2021, a Distribuidora recebeu autorização pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviços de agente fiduciário.

Em 25 de outubro de 2022, a Companhia recebeu a qualificação pela B3 para atuar na qualificação à guarda física de ativos cartulares.

## **1.2 Gerenciamento de Capital – Limites operacionais (Acordo de Basileia)**

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pela Companhia atua em linha com sua estratégia e seu respectivo modelo de negócios. É compatível com a natureza de suas operações, e complexidade dos seus produtos, bem como a relevância de exposição a riscos e com a importância sistêmica da instituição.

No contexto de “Apuração dos Requerimentos Mínimos Exigidos”, são calculados os parâmetros destacados abaixo:

- Patrimônio de Referência (“PR”);
- Capital Principal;
- Patrimônio de Referência de Nível I, corresponde a soma do Capital Principal com o Capital Complementar;
- Ativos Ponderados pelo Risco (“RWA”), correspondente a soma das parcelas RWACPAD (risco de crédito mediante a abordagem padronizada), RWAMPAD (risco de mercado mediante a abordagem padronizada) e RWAOPAD (risco operacional mediante abordagem padronizada);
- Índice de Basileia (IB).

Para fins de apuração da parcela RWAOPAD, conforme classificação determinada na Circular 3.640/13 (BACEN), a instituição utiliza a abordagem do Indicador Básico.

O índice de basileia apurado para o exercício em 30 de junho de 2024 nos termos da regulação vigente é de 14,94%, demonstrando a boa capacidade da instituição de fazer frente aos riscos assumidos, quando comparado ao requisito mínimo do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10,5%.

O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de basileia da instituição:

	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2023</b>
Capital Principal	6.820	2.670
Patrimônio de Referência Nível I	6.820	2.670
Excesso de Recursos Aplicado no Ativo Permanente		-
<b>Patrimônio de Referência - (A)</b>	<b>6.820</b>	<b>2.670</b>
Patrimônio de Referência Exigido (8%*B)	1.772	1.201
Adicional de Capital Principal	554	375
<b>Exposição total ponderada pelo risco (RWA) - (B)</b>	<b>22.156</b>	<b>15.015</b>
Risco de crédito (RWAcpad)	13.729	5.264
Risco operacional (RWAopad)	8.414	9.728
Risco de mercado (RWAm pad)	13	23
<b>Índice de Basileia</b>	<b>30,78%</b>	<b>17,78%</b>

Durante o primeiro semestre de 2024, foi integralizado um aumento de capital no valor de R\$ 2.515. Esse aumento está sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil e, até que essa aprovação seja concedida, o valor não será contabilizado como parte do Capital Principal e do Patrimônio de Referência de Nível I da Instituição. Após a aprovação, espera-se um aumento significativo nos indicadores de capital da Reag DTVM.

## **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela REAG DTVM, quando aplicável:

CPC 00 - R1 Pronunciamento conceitual básico (Res. 4.144/12)

CPC 01 - R1 Redução ao valor recuperável de ativos (Res. 3.566/08)

CPC 02 - R2 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (Res. 4.524/16)

CPC 03 - R2 Demonstração dos fluxos de caixa (BCB 02/20 e Res. 3.604/08)

CPC 04- R3 Ativo Intangível (Res. 4.534/16)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- CPC 05 - R1 Divulgação sobre partes relacionadas (BCB 02/20 e Res. 3.750/09)
- CPC 10 - R1 Pagamento baseado em ações (Res. 3.989/11)
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (Res. 4.007/11)
- CPC 24 - Evento subsequente (BCB 02/20 e Res. 3.973/11)
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Res. 3.823/09)
- CPC 27 - Ativo imobilizado (Res. 4.535/16)
- CPC 33 - R1 Benefícios a empregados (Res.4.877/20)
- CPC 41 - Resultado por ação (BCB 02/20 e Res 3.959/19)
- CPC 46 - Mensuração ao valor justo (Resolução CMN N.º 4.748/2019)

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 18 de setembro de 2024.

## 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3 Reapresentação das cifras comparativas

Durante o processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras, foram identificados ajustes de exercícios anteriores conforme demonstrado abaixo. A referida correção afetou o ativo e passivo circulante de 31 de dezembro de 2023.

- (a) Receitas de taxa de administração identificadas com competência de 2023 no valor de R\$ 4.193
- (b) Impostos sobre a reversão de receitas (PIS/COFINS/ISS) no valor de R\$ 279
- (c) Despesas de folha de pagamento identificadas com competência de 2023 no valor de R\$ 805
- (d) IR e CSLL sobre os ajustes citados acima no valor de R\$ 1.244

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Os efeitos da reapresentação estão demonstrados a seguir:

		<b>31 de dezembro de 2023</b>		
	<b>NE</b>	<b>Original</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Reapresentado</b>
Balanco patrimonial				
Ativo				
Circulante	2.3(a)	110.720	4.193	114.913
Não circulante		1.091		1.091
<b>Total do ativo</b>		<b>111.811</b>	<b>4.193</b>	<b>116.004</b>
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante	2.3 (b), (c), (d)	108.678	2.328	111.006
Não circulante		47		47
Patrimônio líquido	2.3	3.085	1.865	4.950
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>111.811</b>	<b>4.193</b>	<b>116.004</b>

### 3. Resumo das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- a) Caixa e equivalente de caixa
- b) Aplicações interfinanceiras de liquidez
- c) Títulos e Valores Mobiliários – TVM
- d) Instrumentos financeiros;
- e) Avaliação do valor recuperável de ativos;
- f) Apuração do resultado
- g) Tributos
- h) Imobilizado
- i) Depósitos
- j) Provisões
- k) Receita
- l) Lucro por ação
- m) Resultado recorrente e não recorrente
- n) Estimativa de valor justo

#### a) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (nota explicativa nº 5).

#### b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável (nota explicativa nº 6).

#### c) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (nota explicativas nº 7) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da REAG DTVM, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001:

**Títulos para Negociação:** títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativamente e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

**Títulos mantidos até o vencimento:** títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

**Títulos disponíveis para venda:** títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela ANBIMA, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados pro rata dia, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

#### **d) Instrumentos financeiros**

##### **Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros**

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

##### **e) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)**

A Companhia avalia na data de cada balanço, ou quando necessário, se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (um “evento de perda”), e que aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, Companhia não identificou eventos que indicassem a redução de valor recuperável sobre seus ativos financeiros.

#### **f) Apuração do resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

#### **g) Tributos**

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

<b>Tributos</b>	<b>Alíquotas 2024</b>	<b>Alíquotas 2023</b>
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%	15%
PIS	0,65%	0,65%
COFINS	4%	4%
ISSQN	Até 5%	Até 5%

#### **h) Imobilizado**

##### **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

##### **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando se aumenta a vida útil ou o uso/funcionalidades dos bens, e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

##### **Depreciação**

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo da vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado é contabilizada em Despesas Administrativas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

**i) Depósitos**

De acordo com a Resolução CMN nº 4.871/2020, a Companhia deverá manter conta de registro utilizada exclusivamente com saldos dos recursos com liquidez imediata de clientes.

**j) Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**k) Receita**

As taxas de administração são baseadas no desempenho (taxas de desempenho), reconhecidas pela prestação de serviços de gestão de ativos e calculadas com base na valorização do valor patrimonial líquido dos fundos, sujeitas a certos limites, como taxas internas de retorno ou taxas de saída, de acordo com os termos da constituição do fundo. As taxas de desempenho, que incluem contraprestação variável, são reconhecidas somente após uma avaliação dos fatos e circunstâncias e quando é altamente provável que a reversão significativa do valor da receita acumulada reconhecida não ocorra quando a incerteza for resolvida.

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, conforme demonstrado nas políticas de reconhecimento demonstrado abaixo:

- **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A seguir apresentamos a natureza e a época do cumprimento relacionadas as obrigações de desempenho em contratos com clientes:

<b>Tipo de serviço</b>	<b>Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho</b>	<b>Política de reconhecimento da receita</b>
Comissão e estruturação	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação de produtos financeiros desenvolvidos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento
Administração e gestão dos ativos	Assessora seus clientes em todo os processos de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos de investimentos.	O reconhecimento da receita se dá pelo regime de competência conforme recebimento mensal de taxas de gestão e administração cobradas pelos serviços prestados.
Assessoria e consultoria financeira	Oferecemos serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, joint ventures e reestruturação societária.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato.

**l) Lucro por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

**m) Resultado recorrente e não recorrente**

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o período de divulgação, não foram identificados eventos considerados como resultado não recorrentes.

**n) Estimativa de valor justo**

A Companhia classifica o valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os ativos ou passivos remanescentes.
- o valor justo de contratos futuros de taxas de inflação (como arrendamentos) com base nas taxas de inflações futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

	30/06/2024			31/12/2023		
	Custo	Valor justo	Hierarquia de valor justo	Custo	Valor justo	Hierarquia de valor justo
Títulos e valores mobiliários	3.815	3.815	1	1.245	1.245	1
Total de títulos e valores mobiliários	<b>3.815</b>	<b>3.815</b>		<b>1.245</b>	<b>1.245</b>	
<b>Circulante</b>	<b>3.815</b>	<b>3.815</b>		<b>1.245</b>	<b>1.245</b>	
<b>Não Circulante</b>	-	-		-	-	

#### 4. Gerenciamento de riscos

A Administração da Companhia adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações financeiras são mantidas com o objetivo de minimizar o risco de crédito dos ativos da Companhia, bem como proporcionar o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia.

##### a) Processo de Gestão de Riscos

A atividade de riscos é regida por princípios alinhados com a estratégia e o modelo de negócio adotado pela instituição, considerando as recomendações dos órgãos supervisores, reguladores e as melhores práticas do mercado.

Todos os funcionários devem estar cientes de suas responsabilidades na identificação, gestão e reporte dos riscos, entendendo os riscos gerados por suas atividades diárias.

O processo de governança de risco segue os princípios do modelo das três linhas de defesa, onde são atribuídas com clareza as responsabilidades de cada uma das linhas.

**Gestores (1º. Linha de Defesa):** Representada pelos gestores das unidades de negócio e de suporte, os quais gerenciam e implementam as ações para monitoramento e mitigação dos riscos associados aos processos sob sua responsabilidade.

**Riscos, Controles internos e Compliance (2º. Linha de Defesa):** Composto pelas equipes de Riscos, Controles Internos e Compliance, são responsáveis pela definição e implementação dos métodos para identificação, avaliação e monitoramento da aderência dos processos aos níveis de exposição ao risco aceitos pela Reag DTVM.

**Auditoria interna (3º. Linha de Defesa):** Provê a verificação e avaliação independente e periódica quanto à eficácia dos processos e procedimentos estabelecidos para controle e gerenciamento dos riscos, incluindo grau de exposição e adequação da estrutura do sistema de controles internos.

As políticas de gestão de riscos são analisadas e aprovadas pela Diretoria Executiva e a Reag DTVM constitui Comitê de Riscos para monitoramento, mitigação, gerenciamento e deliberação dos riscos assumidos.

A Instituição também divulga anualmente o relatório de gerenciamento de riscos (Relatório Pilar 3), o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos, assim como demais informações qualitativas. Este relatório está disponível no site da Reag DTVM (<https://www.reag.com.br/>)

#### Riscos

Os principais riscos aos quais a instituição está exposta são descritos nos itens a seguir:

##### Risco Reputacional

O risco de reputacional está associado a possibilidade de danos à reputação por ocorrência de fatos ou notícias que venham repercutir de forma negativa junto a clientes, reguladores, mercado, parceiros e demais partes afetadas direta ou indiretamente pela companhia. O risco reputacional abrange os riscos de qualidade, conduta, comunicação, relacionamento com terceiros e de integridade.

A companhia adota como diretriz para o seu processo decisório prezar pela preservação da imagem, reputação e perenidade da instituição.

### **Risco de Mercado**

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das suas posições detidas, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Para o monitoramento de risco de mercado a instituição utiliza relatórios diários contendo exposições, VaR e Stress e outras medidas de monitoramento:

- Value At Risk (VaR): é o valor em risco de uma carteira e pode ser entendido como uma estimativa de perda máxima em condições normais de mercado, dado um nível de confiança estatístico de 95% de certeza para o horizonte de tempo de 1 dia.
- Stress é um método para medir potenciais perdas advindas de eventos extremos de mercado, através de projeções de cenários críticos e de baixa probabilidade.

### **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez consiste na incapacidade em honrar efetivamente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas. Assim como a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado ou descontinuidade no mercado.

O monitoramento do risco de liquidez está baseado no gerenciamento do fluxo de caixa projetado, no gerenciamento dos estoques de ativos de alta liquidez, e em simulações considerando cenários adversos.

Para os veículos de investimento administrados pela instituição, o risco de liquidez é monitorado e situações de rompimentos são reportadas ao Gestor para elaborar o devido plano de ação.

### **Risco de Crédito**

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador e à redução de ganhos ou remunerações. O risco de crédito também abrange o risco de concentração em operações com características semelhantes ou em contrapartes com risco de crédito compartilhado.

A instituição avalia e monitora o risco de crédito para suas exposições e as exposições de veículos instrumentos de investimento administrados.

### **Risco Operacional**

O risco operacional consiste na possibilidade de perdas resultantes de eventos externos e internos. Esses podem ser decorrentes de falhas nas operações, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, produtos, serviços, ou conduta no relacionamento com clientes, fornecedores e colaboradores (demandas trabalhistas, segurança no local de trabalho), danos a ativos físicos próprios ou em uso e situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição. Assim como perdas associadas a descumprimento de dispositivos legais ou normas, deficiências na formalização de contratos firmados e instrumentos de garantia, multas e indenizações por danos a terceiros.

A metodologia utilizada para identificação dos riscos está relacionada as técnicas de autoavaliação RCSA (Risk Control Self Assessment) e análise de processos (fluxogramas e manuais de procedimentos). Estas técnicas são aplicadas periodicamente, visando identificar os eventos de risco, as causas potenciais e a avaliação do nível do risco (impactos versus probabilidade).

Os riscos são então avaliados pelos gestores das áreas, segundo a matriz de impacto e probabilidade. A revisão dos referidos limites ocorre anualmente ou na eventualidade de acontecerem mudanças relevantes nas condições de mercado, ou na estratégia do negócio.

### Risco Socioambiental e Climático

O risco socioambiental e climático está associado a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados:

- à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;
- à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;
- ao processo de transição para uma economia de baixo carbono;
- a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Os fatores socioambientais são considerados relevantes para os negócios da Companhia, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo. A Instituição realiza os mapeamentos de processos, riscos e controles, assim como acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema, registro das ocorrências em sistemas internos e reporte dos riscos avaliados.

## 5. Disponibilidades

Depósitos bancários	1.856	634
Depósitos bancários de terceiros (a)	-	9.609
<b>Caixa e equivalente de caixa - DFC</b>	<b>1.856</b>	<b>10.243</b>
Depósitos bancários de terceiros (a)	123.942	-
<b>Total disponibilidades</b>	<b>125.798</b>	<b>10.243</b>

(a) Depósitos bancários de terceiros é a operação em conta corrente a qual a Companhia recebe determinada quantia, comprometendo-se a mantê-lo sob sua guarda e se obrigando a restituí-la, na mesma espécie, imediatamente quando solicitado pelo depositante.

## 6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Letras do Tesouro Nacional	2.567	92.138
Depósito Banco Central – Outras reservas livres	1.075	-
	<b>3.642</b>	<b>92.138</b>

Os investimentos em aplicações interfinanceiras de liquidez efetuados pela Companhia são *overnight*, ou seja, liquidadas sempre no próximo dia útil, e são praticadas com taxa Selic, o qual a Companhia possui a intenção de utilizar de forma imediata.

## 7. Títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cotas de fundos de investimentos (*)	3.815	1.245
	<u><b>3.815</b></u>	<u><b>1.245</b></u>

(\*) As contas de fundos de investimentos em multimercado possuem liquidez imediata e estão apresentadas a seguir:

Nome do fundo	Administrador	Quantidade de cotas	Valor por cota em 30/06/2024	Valor Total
REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	3.620.255	1,054	3.815
				<u><b>3.815</b></u>

Nome do fundo	Administrador	Quantidade de cotas	Valor por cota em 31/12/2023	Valor Total
REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.220.919	1,019	1.245
				<u><b>1.245</b></u>

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. possui em sua estrutura o fundo exclusivo REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado. O objetivo do FUNDO é atuar no sentido de proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas mediante aplicações de recursos financeiros em carteira diversificada de ativos financeiros. A alocação do FUNDO deverá obedecer às limitações previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor, principalmente no que tange a categoria a que o FUNDO pertence. Para os fins do regulamento do Fundo, consideram-se ativos financeiros aqueles elencados no artigo 2º do capítulo II da Resolução CVM nº 175/22.

O fundo iniciou as operações em 2021 e abaixo apresentamos a composição da carteira em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	<u>30/06/2024</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>%</u>
Cotas de fundos	813	21,317%	44	3,538%
Disponibilidades	3.000	78,648%	1.201	96,486%
Valores a pagar	-	-0,008%	-	-0,024%
Valores a receber	2	0,043%	-	0,000%
	<u><b>3.815</b></u>	<u><b>100%</b></u>	<u><b>1.245</b></u>	<u><b>100%</b></u>

O fundo REAG CASH investe em cotas do fundo REAG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO, que possui diversos cotistas, não sendo um fundo exclusivo da REAG. O principal saldo no fundo REAG CASH em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são as disponibilidades.

## 8. Rendas a receber

	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023 (Reapresentado )</b>
Serviços prestados a receber por administração de fundos	7.345	4.505
Provisão para perdas de créditos esperadas	-	(15)
	<b>7.345</b>	<b>4.490</b>

O aging list dos valores a receber está demonstrado abaixo:

<b>Aging list</b>	<b>30/06/2024</b>	<b>30/06/2023</b>
A vencer	7.097	-
Vencidos entre 1 a 30 dias	-	81
Vencidos entre 31 a 60 dias	99	84
Vencidos entre 61 a 90 dias	88	33
Vencidos entre 91 a 120 dias	47	4
Vencidos entre 121 a 180 dias	-	110
Vencidos entre 181 a 360 dias	14	-
Vencidos acima de 361 dias	-	-
Provisão para perdas de créditos esperadas	-	(15)
	<b>7.345</b>	<b>297</b>

A avaliação de perda de crédito é realizada sobre a composição de valores a receber de taxas de administração dos fundos de investimentos, e quando necessário, é constituída com base em análises de risco de crédito, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias leais para os débitos e avaliação dos consultores jurídicos externos.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram constituídas provisões para perdas de créditos esperadas, em 31 de dezembro de 2023 foi constituído uma provisão no valor total de R\$ 15.

## 9. Imposto de renda e contribuição social

	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Antecipações de IRPJ	1.437	433
Antecipações de CSLL	860	248
IRPJ sobre diferenças temporárias	-	471
CSLL sobre diferenças temporárias	-	283
	<b>2.297</b>	<b>1.435</b>

## 10. Outros créditos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamento de salários	37	916
Adiantamento de fornecedores	46	-
Impostos recolhidos a maior	651	7
Outros pagamentos antecipados (a)	-	4.162
Premios de seguro	198	277
Bloqueios judiciais	41	-
	<u><b>973</b></u>	<u><b>5.362</b></u>

(a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía valores que totalizavam R\$ 4.162 e se referiam a pagamentos de despesas antecipadas por conta e ordem e que seriam reembolsadas pelos fundos de investimentos administrados.

Em análise interna, a Administração da Companhia verificou que a realização de pagamentos rotineiros de despesas dos fundos de investimentos administrados poderia se caracterizar como uma operação de concessão de crédito conforme normativos do CMN e BACEN.

Em 28 de junho de 2024 a Companhia ("Cedente") assinou o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças com a REAG Administradora de Recursos Ltda. ("REAG ADM" ou "Cessionária"), uma empresa ao Grupo REAG, considerando que a contraparte também é administradora de fundos de investimento que estão relacionados no contrato de cessão e não possui impedimentos legais ou regulatórios para realizar os pagamentos de despesas antecipadas por conta e ordem, bem como pode realizar as devidas cobranças para os débitos em aberto.

O contrato cede e transfere à Cessionária, sem coobrigação, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade dos Direitos Creditórios que totalizavam na data de assinatura do contrato o montante de R\$ 4.949 e foram pagos de forma integral à vista, por meio de transferência bancária.

Demonstramos abaixo o comparativo do saldo reconhecido entre as datas bases de 30 de junho de 2023, 31 de dezembro de 2023 e 30 de junho de 2024:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>30/06/2023</u>
<b>Balanco patrimonial (ativo):</b>			
<b>Rendas a receber</b>			
Outros pagamentos (i)	-	-	2.310
Provisões para perdas de créditos esperadas (i)	-	-	(684)
<b>Outros créditos</b>			
Outros pagamentos (i)	-	6.066	-
Provisões para perdas de créditos esperadas (i)	-	(1.904)	-

(i) Destacamos que em 30 de junho de 2023 os saldos relativos aos pagamentos de despesas antecipadas por conta e ordem e que seriam reembolsadas pelos fundos de investimentos administrados foram divulgados nas demonstrações financeiras dentro da rubrica de rendas a receber e a partir de 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados e divulgados nas demonstrações financeiras em outros créditos.

**REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

(CNPJ: 34.829.992/0001-86)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023
<b>Balanco patrimonial (ativo):</b>			
<b>Outros créditos</b>	-	4.162	1.626
Outros pagamentos (ii)	-	6.066	2.310
Provisões para perdas de créditos esperadas (ii)	-	(1.904)	(684)

(ii) Para facilitar a comparabilidade dos valores entre os períodos demonstrados na tabela anterior, incluímos na mesma rubrica (outros créditos) os valores de pagamentos de despesas dos fundos.

Demonstramos abaixo os impactos contábeis refletidos após a realização do contrato de cessão na data base de 30 de junho de 2024:

**Balanco patrimonial (ativo):**

Descrição da rubrica	Descrição	Valor
Disponibilidades	Recebimento do valor financeiro em conta corrente	4.949
Outros créditos	Baixa dos valores das despesas pagas antecipadamente devido ao recebimento financeiro da cessão	(3.604)
Outros créditos	Reversão dos valores da PCLD	787
Imposto de renda e contribuição social	Impacto das diferenças temporárias	(659)

**Demonstração do resultado:**

Descrição da rubrica	Descrição	Valor
Outras despesas	Reversão dos valores da PCLD	(237)
Outras receitas	Reversão dos valores da PCLD exercícios anteriores	(550)
Outras receitas	Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(1.345)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Impacto das diferenças temporárias	659

## 11. Imobilizado

Segue a movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado	Taxa média anual - %	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	30/06/2024
Instalações	10%	32	20	-	52
Equipamentos	10%	1.486	605	-	2.091
		<b>1.518</b>	<b>625</b>	-	<b>2.143</b>

Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	Baixas	30/06/2024
Instalações	(1)	(1)	-	(2)
Equipamentos	(426)	(198)	-	(624)
	<b>(427)</b>	<b>(199)</b>	-	<b>(626)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>1.091</b>	<b>426</b>	-	<b>1.517</b>

Custo do imobilizado	Taxa média anual - %	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Instalações	10%	-	32	-	32
Equipamentos	10%	957	5529	-	1.486
		<b>957</b>	<b>561</b>	-	<b>1.518</b>

Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Instalações	-	(1)	-	(1)
Equipamentos	(208)	(218)	-	(426)
	<b>(208)</b>	<b>(219)</b>	-	<b>(427)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>749</b>	<b>342</b>	-	<b>1.091</b>

**12. Depósitos**

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos à vista	123.211	100.933
	<u><b>123.211</b></u>	<u><b>100.933</b></u>

O saldo apresentado em depósitos é composto por valores mantidos por terceiros em contas de pagamento da Companhia por conta e ordem de terceiros aplicados em operações financeiras. A Companhia mantém sob sua guarda e se obrigada a restituir os seus clientes, na mesma espécie, imediatamente quando solicitado pelo depositante.

**13. Obrigações tributárias**

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para IRPJ e CSLL	437	1.244
ISS	183	222
COFINS	353	414
PIS	56	67
Impostos retidos	64	60
	<u><b>1.093</b></u>	<u><b>2.007</b></u>

**14. Obrigações trabalhistas**

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários	1.800	950
Impostos e contribuições	892	957
Férias	1.727	1.473
INSS e FGTS	672	459
	<u><b>5.091</b></u>	<u><b>3.839</b></u>

**15. Credores Diversos**

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores (a)	5.360	4.154
Fornecedores – Partes relacionadas (NE 21)	-	72
	<u><b>5.360</b></u>	<u><b>4.226</b></u>

(a) Refere-se a valores a pagar de fornecedores diversos inerente a operação da Companhia, tais como:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas de fundos	1.400	634
Consultoria e auditoria	380	173
Despesa de ocupação (aluguel, condomínio, energia, água, IPTU)	721	692
Compras de equipamentos de informática	802	410
Licença de software	1.972	1.938
Outros	85	307
	<u><b>5.360</b></u>	<u><b>4.154</b></u>

## 16. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Ações cíveis: correspondem a R\$ 47 em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e consistem em execução fiscal ajuizada pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Perdas possíveis não provisionadas

A Companhia não possui processos de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

## 17. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 30 de junho de 2024 o capital social da Companhia é de R\$ 4.015 divididos em 1.619.672 (um milhão seiscentos e dezenove mil seiscentos e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.) e R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2023 em 31 de dezembro 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

Em 12 de abril de 2024, através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital social no valor de R\$ 5.000, mediante a emissão de 1.639.344 (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e quatro) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, o qual referidas novas ações são subscritas pela única acionista, conforme boletim de subscrição arquivado na sede da Companhia, e neste mesmo ato foi integralizado o montante de R\$ 2.500, devendo o restante, ou seja, R\$ 2.500 ser integralizado também em moeda corrente nacional, dentro do prazo de um ano, contado a partir da data da aprovação do processo pelo Banco Central do Brasil formalizado em 12 de setembro de 2024 através do ofício 25513/2024-BCB/Deorf/GTSP2.

Em 31 de agosto de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital social no valor de R\$ 200, mediante a utilização de parte do saldo de lucros acumulados de exercícios

anteriores demonstradas no Balanço Patrimonial de 30 de junho de 2023.

Em 24 de março de 2022, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 500, mediante a transferência do saldo de reservas de lucros. Desta forma o capital social da Companhia é de R\$ 1.300, dividido em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.

#### **b) Resultado do semestre**

No período findo em 30 de junho de 2024 a Companhia apurou lucro de R\$ 1.873 (prejuízo R\$ 3.233 em 31 de junho de 2023).

#### **c) Reserva legal**

A Reserva legal é constituída a partir do lucro líquido apurado em cada período nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de junho de 2024 o valor da reserva legal é de R\$ 396 e em 30 de junho de 2023 é de R\$ 302.

#### **d) Reserva de retenção de lucros**

Conforme estatuto social, o saldo remanescente após a constituição da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios ficará à disposição da Assembleia que decidirá sua destinação, podendo, inclusive, mantê-lo em uma das contas de reserva prevista nos artigos 194 a 194 da Lei 6.404/76. Desta forma, em 30 de junho de 2024 o saldo da reserva de retenção de lucros era de R\$ 6.173 (R\$ 4.394 em 31 de dezembro de 2023).

### **18. Receitas da intermediação financeira**

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receitas por valorização de cotas (*)	75	1.572
Rendas com títulos e valores mobiliários	5.019	1.307
	<u><b>5.094</b></u>	<u><b>2.879</b></u>

(\*) Refere-se à valorização das cotas que a Companhia possui, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

### **19. Outras receitas (despesas) operacionais**

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
<b>Receitas de prestação de serviços</b>		
Receita de administração de carteira de clientes (a)	39.962	18.636
Receita de assessoria financeira	-	5
	<u><b>39.962</b></u>	<u><b>18.641</b></u>
<b>Despesas de pessoal</b>		
Benefícios e treinamentos	(4.066)	(1.996)
Encargos sociais	(3.098)	(928)
Proventos	(12.213)	(3.099)
Outros	(16)	-

	<b>(19.393)</b>	<b>(6.023)</b>
<b>Despesas administrativas</b>		
Aluguel e condomínio	(2.783)	(2.606)
Despesa de água e energia	(316)	(206)
Despesa de manutenção	(883)	(1.028)
Despesa de licença de uso de software (d)	(9.269)	(3.008)
Despesa de desenvolvimento	(582)	(1.399)
Serviços de terceiros (b)	(4.284)	(3.872)
Despesa de comunicação	(148)	(188)
Despesa com eventos e confraternizações	(1.984)	-
Despesa de materiais	(374)	(271)
Depreciação	(199)	(99)
Seguros	-	(36)
Outras despesas	(1.885)	(2.102)
Despesas com intermediação financeira	(459)	-
Provisão com perdas de crédito esperada	(82)	(737)
	<b>(23.248)</b>	<b>(15.552)</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		
Despesas tributárias (c)	(3.059)	(2.713)
Outras receitas (despesas) operacionais (e)	3.792	-
	<b>734</b>	<b>(2.713)</b>
	<b>1.945</b>	<b>(5.647)</b>

(a) Refere-se ao gerenciamento da carteira de investimentos em operações financeiras diversas. A Companhia possuía um total de 649 fundos administrados com um total R\$ 226 bilhões de Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2024 (455 fundos administrados com um total de R\$ 199 bilhões de Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2023).

(b) Refere-se a serviços de auditoria externa, serviços de contabilidade e serviços jurídicos.

(c) Refere-se a tributos sobre o faturamento de receitas de prestação de serviço.

(d) Refere-se a licença de uso de software para operação da Companhia.

(e) Refere-se a despesas compartilhadas com empresas do mesmo grupo econômico conforme contrato firmado entre as partes, o qual tivemos alocação de colaboradores em atividades não-fim realizando atividades de cadastro, compliance, marketing, jurídico e suporte de informática.

## 20. Imposto de renda e contribuição social

### 20.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Resultado antes dos tributos	3.148	(2.768)
Adição	507	630
Exclusão	(2.322)	(98)
<b>Lucro real depois da compensação</b>	<b><u>1.333</u></b>	<b><u>(2.236)</u></b>
Devido IRPJ (15%)	200	-
Adicional (10%)	121	-
<b>Total de IRPJ</b>	<b><u>321</u></b>	<b><u>-</u></b>
Lucro real depois da compensação	1.333	-
Devido CSLL (15%)	200	-
<b>Total de CSLL</b>	<b><u>200</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Total de IRPJ e CSLL</b>	<b><u>521</u></b>	<b><u>-</u></b>

### 20.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Constituição/ (baixa)</u>	<u>Saldo em 30/06/2024</u>
Diferenças temporárias	754	(754)	-
Prejuízos fiscais	-	-	-
Base negativa de contribuição social	-	-	-
	<b><u>754</u></b>	<b><u>(754)</u></b>	<b><u>-</u></b>

## 21. Transações com partes relacionadas

### 21.a Transações

Em 30 de junho de 2024 a Companhia não possuía saldos de fornecedores a pagar com suas partes relacionadas, e durante o exercício de 31 de dezembro de 2023 possuía os seguintes saldos, o qual se refere a compras de equipamentos de informática:

**REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.****(CNPJ: 34.829.992/0001-86)****Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Passivo</b>		
REAG Gestão de Fundos Estruturados	-	11
RGR Partners	-	61
	<u>-</u>	<u>72</u>

Conforme demonstrado abaixo, a companhia possui transações devido a serviços prestados de administração com fundos de investimentos, o qual são consolidados em sua controladora indireta (REAG Investimentos S.A.):

Razão Social do Fundo	Contas a receber (ativo)		Receitas (resultado)	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023
RWM TURBI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	2	-	7	-
GENICART FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NP	2.000	-	2.000	-
PALMYRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS	38	-	75	-
CONDOCASH II - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS	10	-	81	24
DSL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ESTÁCIO DE SÁ FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	31	-	211	136
REAG LEGAL CLAIMS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADO	10	-	33	-
REAG CEDENTES FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PADRONIZADO	1	-	47	-
DAMASCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NP	10	-	40	-
SOS BOLSO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS	5	-	40	50
REAG RECEBÍVEIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ABERTO	10	-	182	131
SOS BOLSO CONSIGNADO PÚBLICO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS	30	-	210	86
MASBAHA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	10	-	83	-
MCASH FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	11	-	33	-
YELENA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	10	-	60	20
CCG FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS	5	-	35	-
BFF FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS PADRONIZADO	5	-	35	-
EXCELSIOR FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	-	-	52	-
REAG FUNDO DE INVESTIMENTOS NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS	5	-	73	-
ANCARA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	10	-	80	10
SINAI FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	30	-	111	-
REAG MULTI ESTRATÉGIA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	10	10	40	69
REAG MASTER FEEDER FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS P	10	-	70	60
REAG HIGH YIELD FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	11	-	418	-
REAG SPORTAINMENT CLAIMS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADO	-	-	1	-
<b>Total</b>	<u>2.264</u>	<u>10</u>	<u>4.032</u>	<u>586</u>

## **21.b Remuneração do pessoal-chave**

Os administradores da Companhia não receberam remuneração fixa ou variável durante o semestre findo em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

## **22. Eventos Subsequentes**

Conforme mencionado na nota explicativa 17.a, em 12 de abril de 2024, através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital social no valor de R\$ 5.000, mediante a emissão de 1.639.344 (um milhão, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e quatro) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, o qual referidas novas ações são subscritas pela única acionista, conforme boletim de subscrição arquivado na sede da Companhia, e neste mesmo ato foi integralizado o montante de R\$ 2.500, devendo o restante, ou seja, R\$ 2.500 ser integralizado também em moeda corrente nacional, dentro do prazo de um ano, contado a partir da data da aprovação do processo pelo Banco Central do Brasil formalização em 12 de setembro de 2024 através do ofício 25513/2024–BCB/Deorf/GTSP2

## **23. Resultados não recorrentes**

No semestre findo em 30 de junho de 2024 e de 2023, não ocorreram transações que gerassem resultados não recorrentes.

## **24. Outros assuntos**

### Resolução CMN nº 4.966/21

A nova resolução substitui, principalmente, a resolução CMN nº 2.682/99 – que define a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras desde 1999 – e também as circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03 (emitidas pelo Bacen), aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários.

A nova regulamentação entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. No entanto, as instituições financeiras devem preparar e deixar à disposição do Banco Central um plano de adequação até 31 de dezembro de 2022 (conforme resolução CMN 5.019/22), estabelecendo os ajustes necessários e potenciais impactos para adaptação à nova resolução. Esses ajustes podem ser a revisão no ambiente de sistemas e das políticas e práticas de mensuração das provisões para perdas esperadas em todos os instrumentos financeiros da instituição; mudança nos modelos de negócios em relação aos produtos financeiros; possível necessidade de aumento e especialização do quadro de profissionais, entre outros.

A Companhia está em fase de finalização da contratação de consultoria especializada ao tema, o qual após a assinatura do contrato, será iniciado o projeto no 2º semestre de 2024 para que assim esteja apta para a aplicação desta resolução a partir de 1º de janeiro de 2025.

### Resolução CMN nº 5.116/24

A resolução CMN nº 5.116/24 vem a alterar a resolução CMN nº 4.842/20, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Parágrafo único. O disposto nesta Resolução não se aplica às administradoras de consórcio, às instituições de pagamento, às sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e às sociedades corretoras de câmbio, que devem observar a regulamentação emanada do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições legais."

**REAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**(CNPJ: 34.829.992/0001-86)**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---



A nova regulamentação entra em vigor a partir de 1º de março de 2024.

A Administração da Companhia avaliou a nova resolução e irá aplicar as mudanças necessárias e caso aplicável para as informações do período subsequente.

\*\*\*